

ABC - CDO

30 ABR 1987

# Ganância no ensino

CORREIO BRAZILIENSE

JOSE HELDER DE SOUZA



com razoável clareza essas aulas devido à balbúrdia das classes superlotadas de alunos, aos colégios interessando mais o lucro com a mensalidade de cada um do que mesmo levar a luz do saber àqueles pobres jovens.

A tese válida, para o Brasil que se espera venha a ser uma verdadeira democracia depois de elaborada a nova Constituição, é de que o ensino deve ser uma obrigação do Estado, a quem cabe proporcionar escola gratuita em todos os níveis, e ir mesmo além, possibilitando ou facilitando aos jovens saídos das universidades a especialização ou aperfeiçoamento de sua carreira.

Somente com quadros verdadeiramente preparados, com base de conhecimentos em todos os níveis, é que o Brasil poderá enfrentar os grandes desafios vindouros.

tar o Século XXI, quando a sociedade humana estará ingressando num mundo altamente técnico. O Estado brasileiro, depois da Constituição de 1987, tem a obrigação de fazer grandes esforços para preparar sua juventude, sob pena de continuar dependente das grandes potências e mesmo de Estados emergentes que se estão preparando para enfrentar os grandes desafios vindouros.

A melhoria e desenvolvimento do ensino, prioritária e democraticamente ministrado, gratuitamente em todos os níveis, interessa, nacionalmente, não somente ao mundo científico em que iremos mergulhar nos próximos anos, mas momentaneamente à cultura de um modo geral e, muito particularmente, ao mundo das letras.

Em 1985, quando se inaugurava a Nova República, os escritores brasileiros, cheios de esperanças e eufóricos por reingressarmos na Democracia, reuniram-se num congresso nacional, em São Paulo, de 17 a 21 de abril. Naquela ocasião por iniciativa da representação de Brasília — Antônio Carlos Osório, Alan Viggiano, Bernardo Ellis, Luizio Vale e este escriba — foi aprovada por representantes de todos os Estados brasileiros uma moção em que se pedia a universalização do ensino gratuito. Entendiam os escritores, como sempre aliás se entendeu, que sem leitores não pode haver literatura nacional — os livros se perdem nas mãos de meia dúzia de letrados, nunca chegam às massas. Considerou-se mesmo que para subsistir como nação, como uma sociedade não ágrafa, para mantermos nossa identidade, era absolutamente necessário não só alfabetizar nosso povo como também e sobretudo elevar seu nível cultural, fomentar o livro no qual deverão estar gravados nossos costumes, tradições e conhecimentos literários e científicos, a nossa história e nossa etnologia.

A conclusão a que se pode chegar, depois do fracasso do errôneo programa de incremento do ensino privado, é de que somente o Estado pode realizar a grande obra de instruir o povo e só a este mesmo Estado interessa educar sua população para que sobrevivamos como povo, como nação culta e economicamente independente. Aos constituintes cabe, além de outras responsabilidades, a maior. A de abrir os caminhos para a recuperação do ensino e da cultura brasileira, senão nunca mais...